

Historicamente, bancários conquistaram benefícios

A nova legislação trabalhista, que está em vigor desde o dia 11 de novembro de 2017, vai mudar a forma de negociação salarial e benefícios de todas as categorias. Isso porque nenhuma conquista vigente está garantida e tudo, absolutamente tudo o que já foi conquistado ao longo de décadas, poderá entrar na mesa de negociação. Jornada de trabalho, piso nacional, PLR, auxílio refeição, auxílio alimentação, auxílio creche, gratificação semestral, vale cultura, auxílio funeral, entre muitos outros direitos já podem ser revistos.

A categoria bancária é uma das únicas a realizar uma campanha nacional unificada, com pautas e avanços estendidos a todos os trabalhadores. “A luta de sindicatos confederações e federação de bancários antes dessa nova lei, se pautava basicamente em cláusulas financeiras e condições de trabalho. A partir de agora pode-

mos esperar qualquer coisa”, afirma o coordenador da Secretaria de Organização e Política Sindical do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul, Nelso Bebbber.

“Muitos nem lembram, mas bancários trabalhavam aos sábados, não tinham piso salarial nacional, auxílio alimentação e refeição, nem auxílio creche. Nos últimos anos estes itens nem entra-



Entidades representativas já preparam campanha salarial, que exigirá mais participação e unidade do que as anteriores

vam nas mesas de negociação, pois já eram direitos conquistados, somente se negociava as porcentagens de majoração. Ao sentar com os banqueiros nossa principal meta era conseguir um melhor reajuste de salário e melho-

res condições de trabalho, sem assédio moral, assim como garantir o emprego dos trabalhadores”, observa Bebbber.

“A Campanha Nacional deste ano está próxima e deverá ser uma das mais duras dos últimos anos, pois ainda não sabemos o que os bancos irão apresentar”, diz o sindicalista. Nelso Bebbber lembra que em 2017 a categoria bancária foi uma das únicas a ter aumento salarial real, embora o índice tenha ficado bastante abaixo das expectativas dos trabalhadores (1% sobre a inflação do período), isso porque o índice fora acertado ainda em 2016. “Este ano ainda é uma incógnita, mas acreditamos que será umas das mais árduas campanhas dos últimos anos, com certeza”, finaliza Nelson Bebbber.

BANCOS FECHAM MAIS DE 18 MIL POSTOS DE EMPREGO EM 14 MESES

Mesmo apresentando recordes de lucros em 2017, os bancos reduziram 18.345 postos de trabalho nos últimos 14 meses. Entre janeiro e dezembro de 2017, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – Caged, os bancos fecharam 18.295 postos de trabalho no país. O saldo negativo foi resultado de 43.197 desligamentos nos últimos meses, muitos desses relacionados aos Programas de Desligamento Voluntário (PDV's) do Banco Bradesco e da Caixa, divulgados logo após a aprovação da Reforma Trabalhista pelo Senado Federal.

Já nos dois primeiros meses de 2018, foram fechados 390 postos de emprego em todo o Brasil. A análise por Setor de Atividade Econômica revela que os “Bancos múltiplos com carteira comercial”, categoria que engloba bancos como, Itaú Unibanco, Bradesco, Santander e Banco do Brasil, foram os principais responsáveis pelo fechamento de postos nos dois primeiros meses de 2018, seguidos pela Caixa Econômica Federal.



Mobilizações da categoria permitiram a conquista de melhores condições de trabalho

Decisão de juiz conclui que trabalhador NÃO sindicalizado NÃO pode desfrutar dos benefícios da convenção

A primeira estratégia para enfraquecer os sindicatos é a política de não contribuir com a entidade que se estabeleceu no Brasil nas últimas décadas, mas isso pode acabar.

A Justiça do Trabalho, que começa reconhecer a importância da manutenção dos sindicatos para a luta em benefício das categorias que representam, abriu jurisprudência que contribui para isso.

O juiz da 30ª Vara do Trabalho de São Paulo sentenciou como inaplicável as vantagens negociadas para a Convenção Coletiva de Trabalho aos empregados não sindicalizados.

Para o juiz Eduardo Rockenbach Pires, a aqueles que não contribuem com a entidade sindical de sua categoria não cabem também o direito de usufruir dos benefícios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho. A sentença proferida é referente ao processo 01619-2009-030-00-9, item 6.

Decisão

Em sua transcrição de sentença movida por um trabalhador contra o Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Sintrae-MS), o Juiz Eduardo Rockenbach Pires valorizou o trabalho das entidades

sindicais e destacou a importância da participação do trabalhador da categoria.

“Item 6 - O autor sustentou não ser sindicalizado e, por isso, negou-se a contribuir para a entidade sindical dos trabalhadores. A despeito disso, não menos certo é que as entidades sindicais devem ser valorizadas, e precisam da participação dos trabalhadores da categoria (inclusive financeira), a fim de se manterem fortes e aptas a defenderem os interesses comuns. Aliás, como qualquer associação de particulares.”

Baseado nesse argumento, o Juiz consentiu ser justo que o autor não se beneficie das vantagens negociadas pelo sindicato a favor da categoria, já que o mesmo se recusa em contribuir com a entidade. “Por estas razões, não procedem os pedidos pertinentes a direi-

tos previstos na convenção coletiva de trabalho, conforme os tópicos respectivos”, conclui o Juiz referente ao item da Inaplicabilidade da Convenção Coletiva de Trabalho.

“Não é isto que nós do Sintrae-MS queremos - diz Ricardo Froes, presidente da entidade - queremos sim, que os trabalhadores dêem sustentação financeira ao seu legítimo instrumento de luta. Não posso concordar com aqueles que procuraram o Ministério Público somente por não pagar o que usufruíam durante uma década. Ressalte-se eles não obtiveram um centêssimo dos seus patrões o que é pior, ficarem todos esses anos só com o reajuste conquistado pelo sindicato - sempre acima da inflação”.

Reflexão

A diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul pede

aos trabalhadores para que façam uma reflexão maior sobre a contribuição que por dever moral cabe tão somente aos trabalhadores. “A eficiência de seu sindicato vivo e atuante depende muito da finança pela luta dos direitos, pois sem ele (sindicato), seria o caos, pois

o patronal simplesmente acabaria com os direitos já conquistados”, alerta o coordenador da secretaria de Organização e Política Sindical, Nelso Beber. “É muito cômodo para uma parcela de trabalhadores, criticar a luta dos trabalhadores e dos sindicatos e usufru-

írem das conquistas de uma luta da qual se coloca à margem. Se esse o entendimento desse juiz se ampliar, somente os sócios poderão ser beneficiados por avanços financeiros e de outra ordem, resultados de negociação”, avalia o sindicalista.

• FICA A DICA! •

Um dos benefícios de ser associado do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região, é poder usufruir de descontos oferecidos em diversos serviços conveniados com a entidade. São

médicos nas mais diversas especialidades, livrarias, óticas, lojas de vestuário, calçados, informática, restaurantes, instituições de ensino e muito mais.



Quer mais?

Nesta edição destacamos o convênio assinado com a Rede SIM de postos, que oferece até 15% de desconto em combustíveis e outros serviços.

SEJA SINDICALIZADO

Além de contribuir para o fortalecimento da categoria, os sócios do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região têm acesso a uma série de benefícios.

O sindicalizado pode utilizar a sede campestre e sede social para organizar festas e eventos. E tem mais: o sócio do sindicato tem também a sua disposição atendimento odontológico, assistência jurídica, orientação para aposentadoria e psicológica.



Base Territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Picada Café, São Marcos e Veranópolis.

Rua Borges de Medeiros, 676, Centro
Caxias do Sul - RS - Cep: 95020-310
Fone: (54) 3223.2166
Fax: (54) 3223.2405
bancax@bancax.org.br

Voz do Bancário

vozdobancario@bancax.org.br

Publicação do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Caxias do Sul e Região
Fundado em 24 de outubro de 1935

Filiado à Feeb/RS, Contraf, Cut, Dieese e Diap

Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região
Jornalista Responsável e fotos: Marlei Ferreira - Mtb 8542
Diagramação: VOXMIDIA Comunicação
Impressão: Jornal Pioneiro
Tiragem desta edição: 3.000 exemplares

FOTOS ARQUIVO - SEEB/CAXIAS

Com a reforma trabalhista, todas as conquistas estão em jogo

A nova legislação que regula as relações trabalhistas, aprovada em 2017, muda 200 pontos da CLT e representa violento retrocesso nas lutas e direitos dos trabalhadores

Depois de um 2017 de muitas lutas, entramos em 2018 já sob a regência da nova legislação trabalhista. São quase 200 pontos de mudanças substanciais na Consolidação das Leis Trabalhistas CLT, que abrigava, desde a década de 1940, as leis de proteção aos trabalhadores brasileiros. Aprovada pelos mesmos parlamentares que apoiaram o golpe de 2016, a “nova” lei retrocede substancialmente e até extingue direitos fundamentais dos trabalhadores e abre uma larga vantagem aos patrões no quesito exploração da mão de obra.

Não é à toa que a imensa maioria dos juizes do trabalho se posicionam contra a Lei 13.467/2017, dizendo que ela (a reforma trabalhista) é nada mais que a desconstrução dos direitos dos trabalhadores do Brasil. Em recente deci-

são liminar, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu os processos em andamento na Justiça do Trabalho que seguiam norma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) referen-

conquistas remuneratórias conquistadas antes da Lei 13.467 tendem a virar pó, apenas pelo decurso do prazo. Esgotada a vigência, o empregador apenas precisa negar-se a negociar para que os benefícios caiam.

conquistas que julgávamos sacramentadas, como a jornada de trabalho, o piso nacional unificado, os auxílios refeição, alimentação e creche, a gratificação semestral, o auxílio funeral, a PLR e muitos outros direitos que só entravam na pauta apenas por uma questão de valores.

“Para evitar perdas os trabalhadores deverão estar unidos e ir à luta. Não vai dar mais para ficar esperando que o sindicato, a federação ou a confederação cuide do dissídio sozinho. O fortalecimento das entidades representativas é urgente e os trabalhadores precisam estar alertas a isso”, destaca o coordenador da secretaria de Organização e Política Sindical do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região, Nelso Bebbber.

“A manutenção de direitos passa, necessariamente, pela defesa dos sindicatos”, afirma o sindicalista. “A história já mostrou que somente a organização dos trabalhadores garante conquistas. A reforma trabalhista, que deu mais poder aos empregadores e enfraqueceu o poder de negociação do trabalhador, também visou o enfraquecimento de suas entidades organizativas. Por isso o fim da contribuição sindical, que corta uma boa parte da sustentação do sindicato”, observa Nelso Bebbber.

TUDO ESTÁ EM DISCUSSÃO NA MESA DE NEGOCIAÇÃO, INCLUSIVE O QUE FOI E ESTAVA ACORDADO EM OUTRAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO.

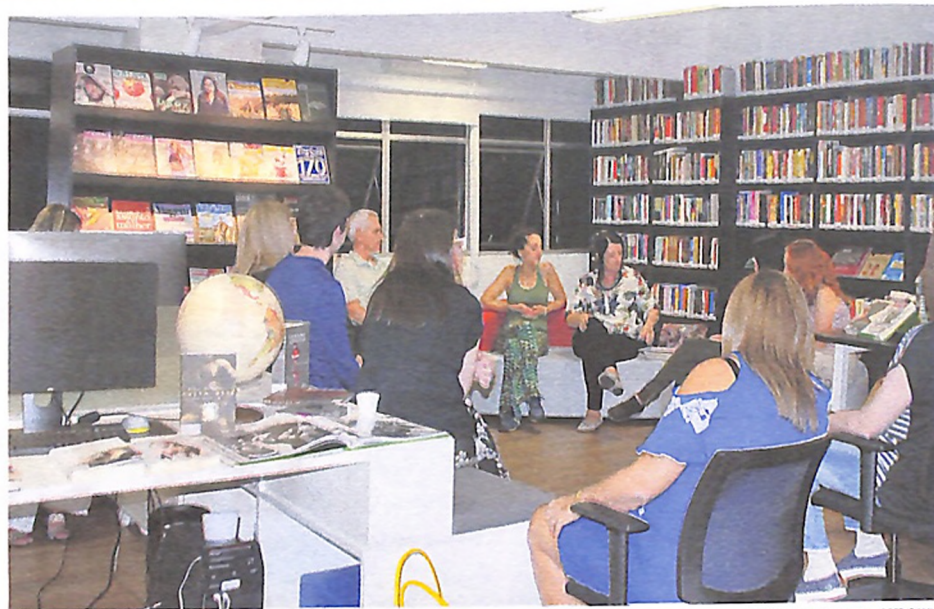
te a acordos coletivos – a Súmula 277. O entendimento até então vigente do TST, desde 2012, era que, caso não houvesse novo acordo entre patrões e empregados, permanecia valendo o acordo coletivo anterior (ultratividade). Pelo entendimento de Gilmar Mendes, a reforma trabalhista acaba com isso. O principal resultado é que as

Campanha Nacional e representatividade dos Bancários

Os bancários são, praticamente, uma das únicas categorias de trabalhadores do Brasil a realizarem uma campanha nacional de negociação salarial. O movimento unificado deu - e dá - força extra na negociação com os banqueiros. E mais do que nunca essa força e unidade é necessária.

A ultratividade dá espaço para que tudo o que já foi conquistado ao longo de décadas possa ser colocado na mesa de negociação. Isso significa que as negociações do dissídio possam ser pautadas por





FOTOS MARILEI FERREIRA - SEEB/CAXIAS

8 de MARÇO

Dia de luta, reflexão e cultura

O Dia Internacional das Mulheres, em Caxias do Sul, foi marcado por diversas atividades ao longo de todo o dia (8 de março). O Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul apoiou este evento presente em todos os atos, sendo protagonista e parceiro na luta das mulheres por salários iguais e igualdade em todos os aspectos

As atividades iniciaram pela manhã, com um ato na Câmara de Vereadores, onde a representante do Fórum da Mulher Caxiense e vice-presidente do Sindilimp, Azenira Lazzarotto, abordou a desigualdade, a violência e o feminicídio, chamando a atenção também para as reformas do governo Temer que prejudicam especialmente as mulheres trabalhadoras. “A violência contra a mulher, infelizmente, aumenta. Uma mulher é assassinada a cada duas horas no país. No 8 de março, a televisão mostra momentos belos, mas pouco se fala dessa triste realidade que a ronda”, lamentou a dirigente.

Ainda pela manhã foi realizado um ato na Praça Dante Alighieri pedindo por democracia, soberania, contra as reformas promovidas pelo governo Temer e pelo fim da vio-

lência. O ato foi seguido de caminhada por ruas centrais da cidade.

À tarde a mobilização continuou. A “Performance Corps - em memória das vítimas do feminicídio”, lembrou a triste realidade que coloca o Brasil em 7º lugar entre as nações mais violentas para as mulheres, num universo de 83 países: o número de assassinatos de mulheres cresceu 6, 51% de 2016 para 2017 (4.201 mortas em 2016 e 4.473, em 2017, conforme dados oficiais dos estados). Somente em Caxias do Sul, no ano passado, ocorreram sete casos de feminicídio. As jovens Scheila Xavier, Nil Cremer e Taís Leite atuaram como mulheres vítimas de violência, chocando os transeuntes, em frente ao Fórum, na Câmara de Vereadores e na praça Dante.

Concentradas novamente na praça central

da cidade, as mulheres assistiram uma intervenção de Tina Andrighetti, que recitou um poema de Brecht, “A Infanticida Marie Farrar”, que trata da questão social que envolve o aborto: “Marie Farrar, nascida em abril / Falecida na prisão de Meissen / Mãe solteira, condenada, pode lhes mostrar / A fragilidade de toda criatura”, diz o poema.

Atividade cultural na Biblioteca

Com o objetivo de valorizar histórias de mulheres na literatura como personagens e também escritoras, o Sindicato dos Bancários realizou uma atividade diferente este ano, chamando para um encontro na Biblioteca da entidade. O encontro foi conduzido pela escritora Ana Cardoso.



Bancários elegerão nova diretoria em 2018



Está em curso o processo eleitoral, que vai eleger a nova diretoria do sindicato dos Bancários gestão 2018/2020. Interessados em disputar o pleito têm até o dia 16 de abril para fazerem a inscrição de chapa. O registro de chapas será feito junto à Comissão Eleitoral, na sede do Sindicato, sita à Rua Borges de Medeiros, 676, em Caxias do Sul- RS,

no horário das 9h às 17h.

A Comissão Eleitoral foi formada e eleita durante Assembleia Geral realizada no dia 22 de março. A presidência ficou com Alceu Adelar Hoffmann e como secretários Roselaine Frigeri, Zulmir Antonio Vedana e Leandro Angonese.

A eleição para a nova diretoria do Sindicato ocorrerá nos dias 22, 23 e 24 de maio de 2018. Neste dias haverá mesas coletoras de votos na Sede do Sindicato, das 9h às 17h e mesas coletoras itinerantes com roteiros previamente definidos pela comissão eleitoral. Poderão votar todos os associados, quites com a tesouraria.

*Com a colaboração de Karine Endres



Inicia a Campanha Nacional dos Bancários 2018

Aumento real para os salários e demais verbas, defesa da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) com todos os direitos para todos os trabalhadores da categoria; manutenção da mesa única de negociações entre bancos públicos e privados; dos empregos, com a proibição das demissões em massa. E garantir que nenhum bancário receba PLR menor em 2018.

Essas são algumas das principais reivindicações definidas, no dia 10 de junho, pelos 627 delegados e delegadas eleitos em todo o Brasil, durante a 20ª Conferência Nacional da categoria.

A pauta da Campanha Nacional Unificada 2018 foi entregue à Federação dos Bancos (Fenaban) no dia 13 de junho. O Comando Nacional dos Bancários entregou um pré-acordo para garantir a manutenção de todos os direitos da CCT e dos acordos específicos até a definição das negociações deste ano.



Esta será a primeira campanha da categoria após o golpe, já que em 2016 os trabalhadores garantiram um acordo de dois anos contra a retirada de direitos autorizada pela reforma trabalhista do governo ilegítimo de Michel Temer. Esse acordo

é válido até 31 de agosto de 2018.

Para se defender dessa lei em vigor desde 11 de novembro de 2017, os bancários querem incluir cláusula determinando que contratos de trabalho intermitente, parcial, autônomo, terceirizado, só podem ocorrer se for acordado com o Comando Nacional dos Bancários. O mesmo em relação à contratação de banco de horas ou compensação que deverá ser feita via negociação coletiva.

Também que as homologações realizadas nos sindicatos como forma de defender que os bancários recebam tudo que lhes é devido em caso de demissão.

A pauta também garante que o acordo valha para o trabalhador hipersuficiente. De acordo com nova lei pós-golpe, empregados com nível superior e remuneração acima de duas vezes o teto de benefícios do INSS (que hoje corresponderia a R\$ 11.291)

negociariam direto com o patrão, correndo o risco de perder direitos como a PLR.

CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL

Também está na pauta entregue aos bancos a cobrança da contribuição negocial como cláusula da CCT para todos, como mecanismo de participação dos trabalhadores na sustentabilidade dos sindicatos, federações, confederação e central sindical. Diante do fim de todas as outras formas de financiamento, com a lei trabalhista do pós-golpe, os delegados aprovaram a inclusão na pauta de reivindicações da categoria de cláusula prevendo a contribuição negocial. Uma única contribuição por um ano de lutas e conquistas.

"A luta e toda a estrutura das entidades sindicais precisam de recursos para serem mantidas", lembrou o coordenador de Organização e Política Sindical do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul, Nelso Bebbber.

Direitos têm prazo de validade: 31 de agosto

Muitos colegas acham que os direitos que recebem todos os meses em seus contracheques "caíram do céu". Alguns, com menor consciência, chegam a pensar que o que vem no contracheque é um presente dado, espontaneamente, pelo patrão. Não sabem que os banqueiros só pagam estes direitos porque são obrigados por uma "lei". Esta "lei" é a Convenção Co-

letiva, que, para continuar valendo, precisa ser renovada todos os anos, no dia 1º de setembro.

Vale-refeição, vale-alimentação, PLR, 13ª cesta alimentação, licença-maternidade e paternidade ampliadas, auxílio creche, abono-assiduidade, jornada de seis horas não são presentes da bondade patronal. São direitos nossos conquistados

através de muita luta. No Rio Grande do Sul há também outro direito conquistado através da luta dos bancários gaúchos: a bonificação semestral.

E com o golpe na CLT, na chamada "reforma trabalhista", estes direitos têm prazo de validade: 31 de agosto. Depois desta data, só a união e a disposição de luta dos bancários é que podem de-

fender a continuidade deste direito.

A manutenção destas conquistas dependerá da mobilização da categoria. A categoria bancária realiza sua campanha salarial em nível nacional. E isso também foi conquistado. Essa unificação garante que colegas de regiões mais distantes tenham acesso a direitos antes negados.

Veja algumas destas conquistas que estão em risco:

1933 – Conquista da jornada de trabalho de seis horas
1951 – Dia do Bancário (28 de agosto) é instituído após greve de 69 dias
1962 – Fim do trabalho aos sábados
1981 – Conquista do Auxílio-creche
1990 – Conquista do vale-refeição
1992 – Assinatura da primeira Convenção Coletiva de Trabalho válida para todo o país
1994 – Conquista do vale-alimentação
1995 – Primeira categoria a conquistar PLR em Convenção Coletiva de Trabalho
2000 – Inclusão na CCT da cláusula sobre Igualdade de Oportunidades para homens e mulheres

2007 – Conquista da 13ª cesta-alimentação
2009 – Ampliação da licença maternidade para seis meses e extensão de direitos aos casais homoafetivos
2010 – Conquistado o instrumento de combate ao Assédio Moral
2012 – PLR sem Imposto de Renda
2013 – Abono assiduidade, que garante o direito de folgar um dia durante o ano. Combate ao assédio moral é ampliado, com a proibição de envio de mensagens aos celulares dos funcionários para a cobrança de metas.
2015 – Luta garante 12º ano consecutivo de aumento salarial real acima da inflação
2016 – Licença paternidade de 20 dias

Calendário de Negociação



Na segunda reunião, realizada no dia 12 de julho, a Fenaban não assinou o pré-acordo para garantir a validade da CCT após 31 de agosto. Um dos pontos nocivos da reforma trabalhista de Temer (lei 13.467/2017) foi o fim da ultratividade, princípio que garantia a validade de um acordo coletivo até a assinatura de outro. Concordou, no entanto, em fixar um calendário de negociação. As reuniões e temas ficaram assim acordados:

- 19 julho – Saúde e Condições de Trabalho
- 25 julho – Emprego
- 1º agosto – Cláusulas econômicas

Principais reivindicações



1. Renovação do atual Acordo Coletivo de Trabalho com o seu aprimoramento naquilo que a Negociação Coletiva vier a estabelecer.
2. Não à terceirização de serviços em atividades fim ou de trabalho intermitente.
3. Continuar homologando os Termos de Rescisão Contratual nos sindicatos.
4. Imediata implantação do Plano de Carreira Básico, em razão do não cumprimento do compromisso assumido



1. Defesa da Caixa 100% pública, da Funcef, do Saúde Caixa, da democracia e nenhum direito a menos.
2. Permanência da mesa de negociação unificada da Campanha Nacional.
3. Contratação de mais funcionários.
4. Contra a precariedade das condições de trabalho.
5. Não às terceirizações e contratos intermitentes.



1. Melhoria das condições de trabalho nas agências e contratação de funcionários.
2. Defesa da Cassi e rejeição da proposta do banco para a Cassi, que quebra a solidariedade e penaliza os menores salários;
3. Fortalecimento do BB como banco público;
4. Acordo Coletivo para todos os funcionários sem a discriminação da nova lei trabalhista;
5. Rejeição aos modelos de governança apresentados pela consultoria Accenturi, que incluem no nível diretivo gestores externos ao corpo de associados;
6. Não à resolução 23 da CGPAR;



A responsabilidade em nossas mãos

No próximo dia 7 de outubro teremos eleição para escolher nossos representantes nos poderes legislativos federais e estaduais. Tão importante quanto a escolha de um presidente que esteja alinhado como bem estar da totalidade da população, é nossa responsabilidade eleger deputados estaduais e federais, e senadores que estejam ao lado e comprometidos com as lutas e os direitos dos trabalhadores.

POR QUE ISSO É IMPORTANTE?

É comum a gente ver ou até mesmo dizer que não gostamos de política. Mas esquecemos que a política (ou os políticos) norteiam todos os aspectos de nossa vida. As consequências de um Congresso Nacional aliados aos bancos e ao capital especulativo e/ou ao seu próprio bem estar estão aí para todos verem. Exemplos não faltam: a venda dos patrimônios naturais do país (pré-sal, terras na Amazônia, abertura para o comércio de mais venenos na lavoura, venda da Eletrobrás), a EC 95 (que congelou os investimentos públicos

– em especial a saúde, educação e segurança – mas não congelou o pagamento para os bancos)... São tantos os absurdos que parece que estamos anestesiados.

A “nova” legislação trabalhista, aprovada em 2017 e que entrou em vigor em 11 de novembro do ano passado retirou um mundo de direitos dos trabalhadores. Está aí o trabalho intermitente, a terceirização desenfreada, o negociado sobre o legislado, a retirada dos sindicatos na homologação das rescisões, entre muitas outras medidas que privilegiam ainda mais os patrões.

Tudo isso só foi possível com a anuência e cumplicidade de deputados e senadores! Por isso hoje, mais do que nunca, é preciso escolher e votar naqueles que estão comprometidos com os trabalhadores e com a vida.

E não podemos esquecer que a pauta de perdas ainda não está completa. Temos ainda a reforma da Previdência. E então, você acha que a política não tem nada a ver com a sua vida?

Voz do Bancário

Publicação do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Caxias do Sul e Região
Fundado em 24 de outubro de 1935

Filiado à Feeb/RS, Contraf, Cut, Dieese e Diap

Base Territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Picada Café, São Marcos e Veranópolis.

Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região;

Jornalista Responsável: Marlei Ferreira - Mtb 8542

Fotolitos e Impressão: Lorigraf

Tiragem desta edição: 2.000 exemplares

Borges de Medeiros, 676, Centro, Caxias do Sul - RS

Cep: 95020-310

Fone: (54) 3223.2166 | bancax@bancax.org.br

www.banca.org.br

Acordo garante manutenção de direitos e ganho real até 2020

Com uma estratégia diferenciada os bancários conquistaram, em 2018, o aumento real de 1% mais o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), quando a maioria das categorias de trabalhadores conseguiu tão somente a reposição da inflação. Diante da iminência da aprovação da reforma trabalhista, que retirou direitos dos trabalhadores, o Comando Nacional também firmou um acordo com validade para dois anos. Desta forma, os bancários conseguiram arrancar dos bancos uma proposta de acordo com aumento real e manutenção de todas as cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho, até 31 de agosto de 2020, quando uma nova luta se iniciará para garantir e



TODOS POR TUDO
RESISTIR E VENCER

manter direitos conquistados ao longo de mais de 80 anos de lutas da categoria.

O acordo com validade de dois anos garante a manutenção de todos os direitos e a reposição total da inflação (INPC), mais 1% de aumento real para salários e

demaís verbas em 1º de setembro de 2019.

Parcelamento de férias e direito do hypersuficiente

Ainda foram garantidos avanços e, caso a proposta seja aprovada, os bancários terão direito a parcelar em até três vezes

o adiantamento de férias que atualmente é descontado integralmente no mês posterior ao descanço.

A proposta também garante a manutenção dos direitos da CCT para os hypersuficientes. Esses trabalhadores, cerca de 91 mil na categoria que ganham mais de R\$ 11.291,60, estariam expostos a negociar diretamente com os patrões e poderiam perder até a PLR, de acordo com a lei trabalhista de pós-golpe.

A proposta indica, ainda, a realização do terceiro Censo da Diversidade, levantamentos já realizados nos anos de 2009 e 2014, fundamentais para traçar o perfil da categoria e ajudar na promoção da igualdade de oportunidades.

Direitos estão garantidos

- Volta a PLR integral para bancárias em licença-maternidade e afastados por doença ou acidente;
- Garante o parcelamento do adiantamento de férias em três vezes, a pedido do empregado;
- Mantém todos os direitos da CCT ao hypersuficiente (quem ganha mais de R\$ 11.291,60);
- Mantém o direito ao adiantamento emergencial para quem tem recurso ao INSS por 120 dias (cláusula 65);
- Realização do terceiro Censo da Diversidade, levantamento fundamental sobre o perfil da categoria para a promoção da igualdade de oportunidades;
- Está mantida a proibição da divulgação de ranking individual, prevista na cláusula 37ª da CCT, conquistada pela categoria como forma de reduzir a pressão por metas;
- Bancário demitido não precisará mais requerer o pagamento da PLR proporcional se tiver conta corrente ativa no banco; os demais terão prazo para solicitar o pagamento;
- Mantém o salário substituto (cláusula 5ª);
- Cláusula do vale-transporte volta a ser a conquista da categoria de 4% de desconto sobre o salário base;
- Os bancários e bancárias terão até 30 dias para apresentar o recibo para reembolso do auxílio-creche; os bancos queriam que esse prazo fosse menor, de 10 dias;
- Volta a cláusula que previa adicional de insalubridade e periculosidade (cláusula 10ª);
- Horário de almoço poderá passar de 15 minutos para 30 minutos na jornada de seis horas (exceto para teleatendimento e telemarketing já regrados pelas NRs), somente em caso de hora extra;
- Mantém o vale-cultura (cláusula 69) conforme queriam os trabalhadores, para que o direito esteja garantido caso o governo retome o programa.

Fonte: Contraf-CUT

Negociações salariais de outras categorias atestam acerto no acordo de dois anos

Desde o início deste ano, diversas categorias de trabalhadores de todo o Brasil têm amargado acordos salariais com índices iguais ou abaixo do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor coletado pelo IBGE: Instituto Nacional de Geografia e Estatística) em seus dissídios. Embora o quadro tenha apresentado uma leve melhora, de acordo com levantamento do Dieese (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócioeconômicos), somente 59,2% dos acordos foram fechados com índices acima do

INPC e cerca de 23% receberam reajustes abaixo do INPC.

Dos acordos salariais acima do índice, nenhum deles alcançou 1%, índice garantido pelos bancários em acordo fechado em 2018, com validade de dois anos. "Este cenário mostra que a opção do comando nacional dos bancários, que conduziu a negociação do dissídio junto aos bancos, foi acertada", avalia o coordenador da Secretaria de Organização e Política Sindical do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região, Nelso Beber.

Média de reajuste (em todo o Brasil)



Alimentação: 0,19%
Comerciários: 0,29%
Comunicações: 0,19%
Construção e Mobiliários: 0,27%
Difusão Cultural: 0,08%
Ensino Privado: -0,54%
Frentistas e Comércio GLP: 0,09%
Metalúrgicos: 0,22%
Químicos e Farmacêuticos: 0,26%
Rurais: 0,06%
Saúde Privada: 0,23%
Transportes: 0,26%
Vestuário: 0,29%
Vigilantes: 0,63%
Turismo e Hospitalidade: 0,69%

Banrisul público é baita negócio

O Banrisul obteve lucro líquido contábil de R\$ 655,3 milhões no 1º semestre de 2019, com alta de 29,5% em relação ao mesmo período de 2018 e de 4,8% no trimestre. A rentabilidade (Retorno sobre o Patrimônio Líquido - ROE) do banco chegou a 17,6%, com aumento de 2,7 pontos percentuais em doze meses. Esses resultados consolidam a posição de banco público do Banrisul como parte da saúde financeira do banco.

Isso significa que, após anos seguidos de recordes em lucro está muito claro que é necessário investir em mais colegas e ampliar a importância do banco em vez de desmontá-lo. Ou seja: é um bom negócio para o Estado do RS manter o Banrisul público.

De acordo com o relatório do banco, o resultado foi "impactado pela re-

estruturação dos planos de benefício pós-emprego da Fundação Banrisul de Seguridade Social - FBSS, em R\$ 49,5 milhões, e pelos efeitos fiscais da reestruturação em R\$ 19,8 milhões; o efeito líquido no lucro é de R\$ 29,7 milhões. Já o lucro líquido recorrente, ajustado pelos efeitos extraordinários, somou no semestre R\$ 625,6 milhões, variação de 23,7% em relação ao mesmo período de 2018.

Ao final do 1º semestre de 2019, a instituição contava com um quadro de 10.276 empregados, com redução de 429 postos de trabalho em um ano. A rede de agências e de postos de atendimento foi reduzida em 1 e 6 unidades, respectivamente.

Venda de ações

Por meio de Fato Relevante, o

Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) confirmou que negocia com bancos para realizar a assessoria em uma possível oferta subsequente de ações (follow on). JPMorgan e Itaú BBA fazem parte deste grupo.

O acionista controlador, o governo do Rio Grande do Sul, quer vender as ações excedentes ao número necessário para manter o controle da instituição financeira.

Embora o Banrisul se prepare para dar vazão à operação, por enquanto, o banco está impedido de dar prosseguimento ao follow on por conta de uma liminar da Justiça do Rio Grande do Sul que questiona o valor da venda.

No dia 4 de setembro, às 10h, no Espaço Convergência, da Assembleia Legislativa, haverá audiência pública sobre a venda de ações do Banrisul. O governador Eduardo Leite foi convidado para explicar as motivações do

Executivo para essa medida, mas até o fechamento desta edição ainda não havia confirmado sua ida.

O requerimento para a realização da audiência aborda a necessidade de esclarecimentos sobre o modelo de venda parcial das ações a ser adotado, os valores propostos para a venda das ações e qual vai ser a metodologia empregada para chegar aos valores que serão oferecidos na Bolsa de Valores.

Isso ocorre porque, ao se desfazer das ações, o Piratini fará com que o Estado abra mão de receber uma fatia considerável da receita que obtém com o banco. A perda nos dividendos é estimada em R\$ 150 milhões por ano. Além disso, vender ações pulverizadas até o limite do controle acionário impede que no futuro o banco amplie seu capital e realize novas ofertas.

Empregados da CEF definem bandeiras de luta

Com o slogan "Todos Contra o Retrocesso" foi realizado em São Paulo nos dias 1 e 2 de agosto, o 35º Congresso Nacional dos Empregados da Caixa Econômica Federal (Conecef). A pauta versou em torno de bandeiras fundamentais da categoria, como Saúde e Saúde Caixa, Previdência e Funcef, direitos e reestruturação, Empresas públicas e Caixa 100% Pública. Os participantes já definiram algumas datas de lutas que serão agregadas ao calendário dos bancários e da classe trabalhadora.

Este Conecef comemorou os 35 anos de organização nacional dos trabalhadores da Caixa rememorando as conquistas históricas como a jornada de seis horas, a manutenção da Caixa 100% Pública durante os anos 1990 e todas as conquistas obtidas em acordos coletivos nacionais. Além disso, o congresso também organizou os empregados para a luta na defesa do Saúde Caixa para todos da Funcef e dos participantes, na defesa dos direitos dos empregados da Caixa 100% Pública.

Saúde - os participantes definiram a realização de campanhas em defesa do SUS e pelo fim do GDP.

Saúde Caixa - combate à CGPAR 23, exigência de transparência no plano e campanha Saúde Caixa para Todos.

Previdência - Aderir às mobilizações da luta contra o desmonte da Previdência Social.

Funcef - combate à CGPAR 25, reivindicar a revisão do cálculo do equacionamento e buscar uma solução para o Contencioso judicial de origem trabalhista

Defesa dos direitos - Negociar melhores condições para os empregados e fortalecer mobilização pelo "Não ao trabalho de sábado e domingo" e contra a reestruturação. Os empregados querem ainda o fim do descomissionamento arbitrário e vão lutar contra a desestruturação da Caixa.

Defesa da Caixa 100% Pública - Defesa da Caixa Intensificação da campanha Caixa 100% pública, realização de oficina de defesa dos bancos públicos, denunciar a demagogia do pagamento do FGTS, além de atuar nas agências durante o pagamento fazendo a defesa da Caixa.

Congresso Nacional define pauta de lutas no BB



A plenária final do 30º Congresso Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (CNFBB) Olivan Faustino, realizada em 2 de agosto, em São Paulo, aprovou os encaminhamentos construídos durante todos os painéis realizados nos dois dias de evento (dias 1 e 2 de agosto), pelos 260 participantes de todo o país.

Painel Mundo do Trabalho - Reforçar a mesa temática sobre teletrabalho e home office. O objetivo é organizar a mesa, para que se amplie o debate nos sindicatos de todo o país.

Painel de Previdência - Encampar a luta contra a reforma da Previdência participando das atividades organizadas pelas centrais sindicais. Reforçar a mesa dos bancos incorporados para melhorar o regulamento dos planos e que sejam administrados pela Previ.

Painel Cassi - Realização do Dia Nacional de Luta em Defesa da Cassi no dia 22 agosto, organizar abaixo-assinado contra a medida do Conselho Deliberativo que fere a cobrança de 1/24 na coparticipação, intensificar a mobilização e as reuniões nos locais de trabalho, buscar a reabertura de negociação, reforçar o trabalho com as entidades representativas, para juntos construir uma nova proposta.

Painel Mulheres - Aprovação a inclusão no 31º Congresso Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil e Região; uma moção de repúdio ao veto da propaganda do banco e de toda a postura amamentação em todos os postos de trabalho.

CEBB - A Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil completou 30 anos no 30º CNFBB Olivan Faustino. Por isso, foi realizada uma homenagem à Comissão, com a entrega de placas para membros que construíram essa história e a transmissão de um documentário. O material, inclusive, foi dividido em pequenas peças e transmitido durante todo o evento. Ainda nesta sexta-feira, Wagner Nascimento anunciou que a coordenação da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil, a partir da próxima semana, será exercida João Fukunaga, diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo. (Fonte: Contraf-CUT)

Fotos: Paulo Pereira



Baixe o app do sindicato e a carteirinha de sócio

O aplicativo permite o contato direto e rápido com o sindicato. Através dele você poderá solicitar informações, denúncias, preencher sua ficha de filiação, fazer consultas e buscar informações gerais sobre as sedes e campanhas salariais.



O app do sindicato e o da carteira de sócio estão disponíveis para download na sua play store ou app store e você não precisa pagar nada para tê-lo no seu celular. Busque por BANCAX e baixe no seu celular

Voz do Bancário

Publicação do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Caxias do Sul e Região - Filiado à Fetraf-RS, Contraf, Cut, Dieese e Diap
Fundado em 24 de outubro de 1935

Base Territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Picada Café, São Marcos e Veranópolis.

Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região;

Jornalista Responsável: Marlei Ferreira - Mtb 8542 //

Fotolitos e Impressão: Lorigraf // Tiragem desta edição: 2.000 exemplares

Borges de Medeiros, 676, Centro, Caxias do Sul - RS | Cep: 95020-310

Fone: (54) 3223.2166 | bancax@bancax.org.br

www.bancax.org.br

Siga-nos do Facebook, Twitter e Instagram

Bancários arrancam aumento real em 2018



Reunidos em assembleia no dia 29, bancários de Caxias do Sul aprovam proposta da Fenaban. Acordo Coletivo de Trabalho foi assinado no dia 31

Numa das mais difíceis conjunturas dos últimos tempos, dentro de um golpe que retira direitos e busca dividir e enfraquecer os trabalhadores, os bancários conseguiram arrancar dos bancos uma proposta de acordo com aumento real e manutenção de todas as cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho, garantindo a unidade nacional da categoria.

O coordenador da secretaria de Organização e Política Sindical do Sindicato dos Bancários, Nelso Beber, destaca que foram realizadas dez rodadas de negociação, iniciadas em 28 de junho. "Não foi uma negociação fácil, pois as primeiras propostas apresentadas pelos banqueiros eram muito aquém da atual e retiravam muitos direitos. Foi necessário muita pressão do Comando Nacional dos Bancários sobre a federação dos bancos na mesa de negociação. Felizmente somos uma categoria organizada nacionalmente, com sindicatos fortes e conseguimos uma proposta melhor, que garante os direitos conquistados ao longo de décadas de lutas, além de aumento real para toda a categoria", diz o dirigente.

A proposta aceita em assembleia realizada na noite de 29 de agosto, na sede do sindicato caxiense contempla um reajuste salarial de 5% (aumento real de 1,18% sobre uma inflação do INPC projetada em 3,78%) e garantia de manutenção de todos os direitos previstos na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) válida para os empregados de bancos públicos e privados do Brasil. A primeira parcela da PLR será paga até o dia 20 de setembro.

O acordo assinado no dia 31 de agosto tem validade de dois anos. Assim, ficam garantidos a manutenção de todos os direitos e a reposição total da inflação (INPC), mais 1% de aumento real para salários e demais verbas em 1º de setembro de 2019.

"Em tempos de golpe e retirada de direitos, que buscam o enfraquecimento da classe trabalhadora, os bancários conseguiram garantir, na mesa de negociação, aumento real maior e todos os direitos da CCT, para toda categoria. A unidade nacional, entre trabalhadores de bancos públicos e privados, sai fortalecida. Uma campanha num ano difícil que juntos conseguimos transformar em oportunidade", disse a presidente da Contraf-CUT, Juvandia Moreira.

As negociações com o Banco do Brasil e a Caixa Federal também garantiram a manutenção de todas as cláusulas dos acordos específicos, inclusive Saúde Caixa e PLR Social que estavam ameaçados. Serão os únicos empregados do setor público com aumento real e sem retirada de direitos.

CAMPANHA ANTECIPADA PARA GARANTIR DIREITOS

Este ano o movimento sindical investiu na antecipação das negociações para que não houvesse riscos para os trabalhadores, diante do fim da ultratividade que invalidava os direitos até que um novo acordo fosse assinado. A data base dos bancários é 1º de setembro. Com a lei trabalhista do pós-golpe, nenhum direito estaria garantido a partir dessa data.

A preocupação do Comando Nacional era evitar, também, a

Justiça do Trabalho.

PARCELAMENTO DE FÉRIAS E DIREITO DO HIPERSUFICIENTE

Ainda foram garantidos avanços, como o desconto das férias parcelado. Os bancários terão direito a parcelar em até três vezes o adiantamento de férias que atualmente é descontado integralmente no mês posterior ao descanso.

A proposta também garante a manutenção dos direitos da CCT para os hipersuficien-

tes. Esses trabalhadores, cerca de 91 mil na categoria que ganham mais de R\$ 11.291,60, estariam expostos a negociar diretamente com os patrões e poderiam perder até a PLR, de acordo com a lei trabalhista de pós-golpe.

A proposta indica, ainda, a realização do terceiro Censo da Diversidade, levantamentos já realizados nos anos de 2009 e 2014, fundamentais para traçar o perfil da categoria e ajudar na promoção da igualdade de oportunidades.

CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL

Os bancários também aprovaram a inclusão da taxa de contribuição negocial, que vem para suprir os gastos com a negociação coletiva. O desconto será para todos os bancários, sindicalizados ou não. Ficou estabelecido o desconto de 1,5% sobre a 1ª parcela do PLR e 1,5% sobre a 2ª parcela, com mínimo de R\$ 50,00 e teto de R\$ 210,00. Haverá, ainda, o desconto de 1,5% sobre o salário de setembro com mínimo de R\$ 50,00 e teto de R\$ 250,00.

Todos os direitos estão garantidos

- Volta a PLR integral para bancárias em licença-maternidade e afastados por doença ou acidente;
- Garante o parcelamento do adiantamento de férias em três vezes, a pedido do empregado;
- Mantém todos os direitos da CCT a toda a categoria, inclusive ao hipersuficiente (quem ganha mais de R\$ 11.291,60); Mantém o direito ao adiantamento emergencial para quem tem recurso ao INSS por 120 dias (cláusula 65);
- Realização do terceiro Censo da Diversidade, levantamento fundamental sobre o perfil da categoria para a promoção da igualdade de oportunidades;
- Está mantida a proibição da divulgação de ranking individual, prevista na cláusula 37ª da CCT, conquistada pela categoria como forma de reduzir a pressão por metas;
- Bancário demitido não precisará mais requerer o pagamento da PLR proporcional se tiver conta corrente ativa no banco; os demais terão prazo para solicitar o pagamento;
- Mantém o salário substituto (cláusula 5ª);
- Cláusula do vale-transporte volta a ser a conquista da categoria de 4% de desconto sobre o salário base;
- Os bancários e bancárias terão até 30 dias para apresentar o recibo para reembolso do auxílio-creche; os bancos queriam que esse prazo fosse menor, de 10 dias;
- Volta a cláusula que previa adicional de insalubridade e periculosidade (cláusula 10ª);
- Horário de almoço poderá passar de 15 minutos para 30 minutos na jornada de seis horas (exceto para teleatendimento e telemarketing já regrados pelas NRs), somente em caso de hora extra;
- Mantém o vale-cultura (cláusula 69) conforme queriam os trabalhadores, para que o direito esteja garantido caso o governo retome o programa.

Veja onde os bancos recuaram:



- ❖ Queriam pagar menor para as bancárias em licença-maternidade. Voltaram atrás e a PLR integral foi mantida;
- ❖ Também queriam pagar PLR proporcional aos trabalhadores e trabalhadoras afastados por doença ou acidente. Esse direito também está mantido;
- ❖ Mantiveram o direito ao adiantamento emergencial para quem tem recurso ao INSS por 120 dias, previsto na cláusula 65 (bancos queriam reduzir para 90 dias);
- ❖ Está mantida a proibição da divulgação de ranking individual, prevista na cláusula 37ª da CCT, conquistada pela categoria como forma de reduzir a pressão por metas;
- ❖ Mantiveram o salário do substituto (cláusula 5ª), que queriam retirar;
- ❖ Os bancários e bancárias terão até 30 dias para apresentar o recibo para reembolso do auxílio-creche; os bancos queriam que esse prazo fosse menor, de 10 dias;
- ❖ Voltaram atrás da proposta de extinguir a cláusula que previa adicional de insalubridade e periculosidade (cláusula 10ª);
- ❖ Para a cláusula de gratificação de função, que prevê 55% de comissionamento, a Fenaban queria reduzir para 33%, como está na CLT. Após pressão, manteve-se o mínimo de 55%, sendo que, em caso de ação trabalhista para 7ª e 8ª horas, será descontado o que já foi pago, o que já tem sido praticado pela Justiça Trabalhista em algumas ações e bancos, como na Caixa, que tem orientação jurisprudencial nesse sentido. A mudança não impacta nas ações anteriores à assinatura do acordo, com período de três meses de transição.

Resultados das Negociações Específicas



- > A redução para 30 minutos de intervalo de almoço com jornada de oito horas só pode ser aplicada se o colega desejar. Para seis horas será mantido os 30 minutos atual, sem registro de ponto. Mudanças serão discutidas na mesa permanente com o banco.
- > Nas horas extras, o tempo mínimo de intervalo para o funcionário de jornada de seis horas poderá ser de 30 minutos (era de 1 hora).
- > Os funcionários terão seis meses para a compensação das horas extras com folgas, sendo um dia acumulado para um dia folgado. Se a compensação não ocorrer em seis meses, o banco tem que pagar a hora extra no mês subsequente com adicional de 50%.
- > Está mantido o mesmo modelo de PLR no Banco do Brasil.
- > Manutém três ciclos avaliatórios consecutivos de GDP para descomissionamento.
- > Mantém a mesa sobre Saúde e Segurança no Trabalho e cria outras duas: Teletrabalho e Escritórios Digitais, e Entidades Patrocinadas de Bancos Incorporados.
- > O trabalhador poderá optar pelo vale-transporte em dinheiro ou em cartão magnético.



- > Foi garantida a PLR social (4% do lucro líquido apurado no exercício de 2018, distribuído em valores iguais para todos os empregados). Antecipação de 50% do valor da PLR deste ano após assinatura do acordo com a Fenaban e com a Caixa.
- > Manutenção da titularidade da função gratificada das gestantes e empregadas em licença-maternidade. Ou seja, a Caixa não pode descomissioná-las.
- > Está mantida a redação do acordo coletivo atual quanto ao adicional noturno, principalmente quanto a jornada mista, que compreende as que se iniciam entre 22h e 2h30 e se encerram após as 7h do dia seguinte, a chamada jornada mista.
- > Os tíquetes e vales para colegas afastados por motivo de saúde foram mantidos no tempo que durar a licença médica.
- > As isenções de tarifas para empregados estão mantidas.
- > A jornada de até 6 horas mantém intervalo de 30 minutos.



Negociação acabou somente no dia 28. Representantes sindicais arrancaram abono de R\$ 1 mil

- > Auxílio cesta alimentação - R\$ 895,34
- > Décima terceira cesta alimentação - R\$ 1.534,64
- > Adicional por tempo de serviço (anuênio) R\$ 46,77
- > Opção de parcelamento do desconto do adiantamento de férias em até quatro vezes sem juros.
- > PLR pactuada na Convenção Coletiva de Trabalho: até o dia 12.09.2018, será paga a antecipação da PLR, relativa ao ano de 2018, em parcela única, considerando o lucro líquido apurado até 31.07.2018. A diferença, se houver, considerando o lucro líquido apurado em 31.12.2018 será paga até 01 de março de 2019.
- > PLR adicional do Banrisul em valor igual a 1,8% do lucro no ano de 2018. O valor do benefício individual equivalerá ao resultado da divisão do valor de 1,8% do lucro líquido apurado do ano de 2018 pelo número total de empregados do Banco e terá como base de cálculo o lucro líquido apurado até julho de 2018. A diferença, se houver, considerando o lucro líquido apurado em 31.12.2018 será paga até 01 de março de 2019.
- > O Banrisul pagará aos empregados, linearmente, desvinculado da remuneração, em pagamento único, o valor de R\$ 1.000,00, a título de abono, pago exclusivamente na negociação coletiva de 2018.

Voz do Bancário

Publicação do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Caxias do Sul e Região

Fundado em 24 de outubro de 1935

Filiado à Feeb/RS, Contraf, Cut, Dieese e Diap

Base Territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Picada Café, São Marcos e Veranópolis.

Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região | Jornalista Responsável: Marlei Ferreira - Mtb 8542

Fotolitos e Impressão: Lorigraf | Tiragem desta edição: 2.000 exemplares

Borges de Medeiros, 676, Centro, Caxias do Sul - RS | Cep: 95020-310 | Fone: (54) 3223.2166 | bancax@bancax.org.br | www.banca.org.br

Reforma da Previdência vai fazer você trabalhar mais para ganhar menos

O governo divulga que a sua proposta da reforma da Previdência vai tornar o sistema mais justo, equiparando pobres e ricos. Porém, para esse governo, qualquer trabalhador bancário já é rico. Na verdade, a proposta de reforma dificulta a aposentadoria e rebaixa o valor dos benefícios para todos os segmentos, em especial para os mais pobres e a classe média, nivelando todo o sistema por baixo.

Pelas regras propostas pelo governo Bolsonaro a aposentadoria por tempo de contribuição será extinta; homens só poderão se aposentar com 65 anos de idade e com 20 anos de contribuição ao INSS; e as mulheres apenas com 62 anos de idade e os mesmos 20 anos de contribuição. Mas a idade mínima pode subir a partir de 2024, e depois a cada quatro anos (2028, 2032 e assim por diante), conforme o aumento da expectativa de sobrevida da população.

Outro detalhe importante é que, com 65 anos ou 62 anos e 20 anos de contribuição, homens e mulheres só receberão 60% do benefício. E serão 60% da média de TODOS os salários da vida laboral do

cidadão, inclusive os menores, de início de carreira. Ou seja, além de aumentar o tempo para a aposentadoria, a PEC também reduz os valores dos benefícios, visto que, pelas regras atuais, são retirados do cálculo os 20% salários mais baixos do trabalhador ou trabalhadora. Hoje o percentual mínimo para quem se aposenta por idade é de 85% do benefício.



Atenção: se o trabalhador e a trabalhadora chegarem a 65 e 62 anos de idade, respectivamente, mas não tiverem alcançado os 20 anos de contribuição, não poderão se aposentar. Outra maldade é que para ter direito ao benefício integral (100% da média de TODOS os salários), serão necessários 40 anos de contribuição, além da idade mínima obrigatória (65 anos para

homens e 62 anos para mulheres, pelo menos até 2024).

Se levarmos em consideração que a reforma trabalhista vai precarizar os empregos e deixar muitos trabalhadores na informalidade, será muito mais difícil alcançar os 20 anos de contribuição necessários para se aposentar, e quase impossível chegar aos 40 anos de contribuição exigidos para ter direito ao benefício integral.

Na PEC de Bolsonaro aposentadorias atuais podem ficar sem reajuste

Uma detalhe na PEC apresentada pelo governo Jair Bolsonaro (PLS) pode deixar as aposentadorias sem aumento real – e até sem aumento nenhum – caso a reforma da Previdência seja aprovada.

Ocorre que no texto da proposta enviada à Câmara Federal se retira da Constituição a regra que determina reposição da inflação para os benefícios acima do salário mínimo. Hoje, esse direito – que Bolsonaro quer excluir – é válido para aposentados e pensionistas da iniciativa privada e do setor público.

A regra atual está em dois trechos da Constituição que têm a mesma redação: “É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservá-los, em caráter permanente, o valor real”. Por isso, a legislação cumpre a exigência e assegura a reposição pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). Em 2018, o INPC variou 3,43%.

Mas a PEC da Previdência (Proposta de Emenda à Constituição) exclui

o termo “valor real” em ambos os trechos: o que trata do reajuste de benefícios dos servidores (parágrafo 8º do artigo 40) e também o dedicado ao reajuste de benefícios dos trabalhadores da iniciativa privada (parágrafo 4º do artigo 201).

Em ambos os casos, a PEC joga a definição das regras de reajuste para uma lei complementar ainda a ser desenhada.

No aspecto legal, é muito mais fácil aprovar e mudar uma lei complementar. Ela demanda 257 votos de deputados, em duas votações, e 41 de senadores, em uma votação. Já uma PEC para mexer na Carta Magna, como a PEC da Previdência, pede mais votos – e mais força política. Exige o apoio de 308 deputados e 49 senadores, em duas votações em cada Casa.

E assim a Presidência fica livre para reajustar aposentadorias e pensões abaixo da inflação. Na prática, esses benefícios podem ficar até sem reajustes de um ano para outro.

Sistema de capitalização proposto fracassa em todo o mundo

A privatização da previdência fracassou na maioria dos países que adotou o sistema de capitalização previdenciária que o governo de Jair Bolsonaro (PSL) que implantar no Brasil. Os impactos sociais e econômicos do sistema foram tão negativos que a única saída foi voltar atrás e reestatizar total ou parcialmente a Previdência.

A conclusão é do estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) “Revertendo as Privatizações da Previdência - Reconstruindo os sistemas públicos na Europa Oriental e América Latina”, divulgado no dia 11 de março de 2019.

A capitalização exige que o trabalhador abra uma poupança pessoal onde terá de depositar todo mês para conseguir se aposentar. A conta é administrada por bancos, que cobram taxas e ainda podem utilizar parte do dinheiro para especular no mercado financeiro. Eles são os únicos que ganham com a privatização.

O estudo da OIT mostra que sistemas como esse aumentaram a desigualdade de gênero e de renda, que os custos de transição criaram pressões fiscais enormes, os custos administrativos são altos, os rendimentos e os valores das aposentadorias são baixos e quem se beneficiou com as poupanças dos trabalhadores e trabalhadoras foi o sistema financeiro, entre outros problemas. De acordo com o estudo, de 1981 a 2014, trinta países privatizaram total ou parcialmente seus sistemas de previdência social, entre eles está o Chile (em 1981) que tem hoje milhares de idosos morrendo na miséria. Até o ano passado, 18 países voltaram atrás e fizeram a re-reforma, ou seja, reverteram total ou parcialmente a privatização da previdência social.

Para os técnicos da OIT, o que garante a segurança de renda na idade avançada é o fortalecimento de sistemas públicos de previdência.

*Reportagem publicada pela Central Única dos Trabalhadores em 11-03-2019.

PEC da Previdência traz mais prejuízo para as mulheres

As mulheres serão as mais prejudicadas com a nova reforma da Previdência se a proposta for aprovada pelo Congresso Nacional.

Pelas regras atuais, uma mulher de 55 anos e com 25 anos de contribuição teria de trabalhar mais cinco anos para se aposentar por idade e conseguir receber o benefício integral. Ou seja, estaria aposentada aos 60 anos e com 30 anos de contribuição.

Já pelas regras de transição propostas pelo presidente Bolsonaro, que quer implementar a idade mínima de 62 anos para as mulheres, essa mesma mulher terá de trabalhar mais sete anos ($55+7=62$) para se aposentar por idade. Ainda assim, ela só chegaria a 32

anos de contribuição ($25+7=32$) e não se aposentaria com o benefício integral, que, pelas novas regras, vai exigir, no mínimo, 40 anos de contribuição.

A proposta também ignora a sobrecarga de trabalho e responsabilidades historicamente imputadas às mulheres. Dados do Pnad, em 2016, apontou que 34,6% das mulheres jovens entre 16 a 29 anos afirmaram que o principal motivo de não estarem estudando ou trabalhando era porque precisavam “cuidar dos afazeres domésticos, dos filhos ou de outros parentes”. Este percentual entre os jovens homens foi de apenas 1,4%. O IBGE, também de 2016, mostra que as mulheres que trabalham dedicam 73% mais horas

do que os homens aos cuidados e/ou afazeres domésticos.

BANCOS PRIVADOS DISCRIMINAM MULHERES COM MAIS DE 40 ANOS

Uma pesquisa realizada pela subseção do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sociais (Dieese) na Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) aponta que a participação das mulheres no quadro funcional dos bancos privados reduz 7,8 pontos percentuais após os 40 anos de idade. Até os 39 anos elas ocupam 56,4% dos postos de trabalho. Após completar 40 anos esse percentual cai para 48,6%. O levantamento foi feito com base nas

informações da Relação Anual de Informações Sociais 2017 (Rais). Segundo a socióloga do Dieese, Bárbara Vallejos, esse fenômeno tem duas causas. “A saída precoce de mulheres dos bancos pode ser reflexo tanto da dificuldade de obterem promoções e de terem acesso a cargos de maior prestígio e remuneração quanto da preferência dos bancos pela presença de jovens em seu quadro de funcionários”, disse. Bárbara afirmou ainda que o fato é verificado para mulheres e homens, mas o fator idade pesa mais sobre as mulheres. Este é mais um fator que pesará contra as mulheres e irá dificultar ainda mais na hora da aposentadoria.

Sindicato passa por reforma e transformação visual

Foram quase 60 dias de obras e o atendimento sendo realizado no terceiro andar do prédio da entidade (onde está localizado o auditório), mas o resultado da reforma do primeiro andar da sede administrativa do sindicato é compensador.

Embora a disposição das salas sigam praticamente inalteradas, a diferença visual é impactante. Aliás, positivamente impactante. A principal mudança está na área da recepção, que foi redistribuída, ganhando também uma nova sala de reuniões. Outra grande mudança está na iluminação do local, que ganhou o reforço da iluminação solar, graças a a implantação de grandes “janelas” para as salas (que permitem visualizar o interior das secretarias). Assim, a luz do sol pode chegar mais a toda a área, além de dar maior integração e transparência entre todas as secretarias.

“A reforma era uma necessidade por conta da segurança no local, especialmente na parte elétrica, que foi ganhando novos equipamentos e sendo constantemente ampliada, mas sem nenhum planejamento prévio como agora. Além disso o local apresentava algumas desconformidades técnicas e precisava ser adequado com as novas regras de segurança”, explica o coordenador



Com a reforma a estrutura administrativa ganhou mais luminosidade e espaços mais amplos

Atendimento odontológico agora é no consultório do dentista

Desde o início de janeiro o sindicato não realiza mais atendimento odontológico na sede do sindicato. Os atendimentos agora estão sendo realizados diretamente no consultório do dentista Samuel Stringhini Rossi, localizado à Rua Sinimbú, 2222, sala 42.

O agendamento deve ser feito pelo telefone (54) 3223.2166, ou diretamente na sede do Sindicato. O valor por atendimento ou consulta é de R\$ 15,00.

A estrutura do antigo consultório da sede dos bancários (equipamentos e mobiliário) foi doada para o Projeto Mão Amiga.

da secretaria de Organização e Política Sindical do sindicato, Nelso Bebbler. “Com a reforma garantimos essas adequações, mas, acima de tudo, ganhamos praticidade, segurança e modernidade ao local”.

O prédio do sindicato foi construído em 1982 e nunca recebeu uma reforma de tamanha abrangência. O projeto e execução da obra é de responsabilidade da arquiteta Renata Armiliato. Ela destaca que além do novo layout, havia sério risco de segurança, especialmente na parte elétrica. “Toda a estrutura datava da época da construção do prédio. Em 36 anos muitas novas necessidades foram sendo criadas, como a informatização e telefonia. Também havia infiltração nos banheiros, observa a arquiteta.

SALÃO DE FESTAS

Além da administração outra área que sofreu uma ampla reforma foi o salão de festas, que ganhou novas bancadas, novos revestimentos, ar condicionado e novos banheiros. A cozinha também recebeu novos revestimentos.

“O salão de festas é um lugar usado basicamente pelos associados, que merecem ter um local mais acolhedor, bonito e moderno”, observa Nelso Bebbler.

Voz do Bancário

Publicação do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Caxias do Sul e Região

Fundado em 24 de outubro de 1935

Filiado à Feeb/RS, Contraf, Cut, Dieese e Diap

Base Territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Picada Café, São Marcos e Veranópolis.

Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região | Jornalista Responsável: Marlei Ferreira - Mtb 8542

Fotolitos e Impressão: Lorigraf | Tiragem desta edição: 2.000 exemplares

Borges de Medeiros, 676, Centro, Caxias do Sul - RS | Cep: 95020-310 | Fone: (54) 3223.2166 | bancax@bancax.org.br | www.bancax.org.br

Bancos públicos: reestruturar para privatizar



Nunca antes os bancos públicos estiveram tão na mira da privatização. Banco do Brasil, Caixa e Banrisul sofrem os piores ataques de sua história, com a implantação de processos sucessivos de "reestruturação".

No Banco do Brasil, as medidas reduzem a remuneração dos funcionários, extinguem cargos e criam outros, alterando o plano de carreira e podem trazer prejuízos também para a Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Na Caixa, a reestruturação prevê descomissionamentos sumários e a transferência arbitrária de empregados.

Em ambos os casos, o objetivo é

reduzir a importância das instituições e prepará-las para a privatização final. "A reforma administrativa ainda tramita no Congresso Nacional, mas o governo está antecipando as medidas de reestruturação nos bancos e demais empresas públicas. O estabelecimento de novas regras de contratação, demissão e alterações nas carreiras profissionais, além de limitar os gastos com a saúde dos trabalhadores, por exemplo, são medidas da reforma ainda em discussão, mas que estão sendo implementadas", explicou o coordenador da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), João Fukunaga.

Lucro dos bancos aumenta e número de bancários diminui

O lucro das cinco maiores instituições financeiras do país - Banco do Brasil, Caixa, Bradesco, Itaú Unibanco e Santander - teve alta de 30,3% em 2019 em comparação com 2018. No ano passado o rendimento dos bancos chegou ao total de R\$ 108,019 milhões frente a R\$ 82,902 milhões do ano anterior.

O Itaú foi o que teve o lucro nominal mais robusto: R\$ 28,4 bilhões. Mas foi da Caixa o maior aumento percentual: 103,4%, onde estão contabilizados a venda de ativos do banco.

Apesar do lucro, em 2019, os bancos fecharam 898 agências e demitiram 12.483 funcionários. O argumento, de acordo com os bancos, é a adaptação ao mercado digital, com investimentos pesados no

atendimento por meio do mobile banking.

Valorização da categoria

O coordenador da Secretaria de Organização e Política Sindical do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região, Nelso Bebbber, sublinha que não houve uma modificação substancial na economia do país que justifique estes ganhos.

Para ele, "os bancos esquecem que a grande responsabilidade por este lucro significativo cabe a seus funcionários, que se veem obriga-

Intransigência

Tanto a CEBB, quanto a Comissão Executiva dos Empregados da Caixa (CEE), se reuniram com as direções dos respectivos bancos para buscar informações sobre as medidas, definidas sem que as representações dos trabalhadores fossem previamente informadas, assim como para buscar prazo para que as medidas fossem debatidas com os bancários. Mas, ambos os bancos se negaram a conceder prazo para o debate.

Banrisul

Em 2020 o processo de desmonte do banco gaúcho iniciou ainda em janeiro, com o anúncio do fechamento de nove agências do Banrisul, oito delas em Porto Alegre e uma em Caxias do Sul. Esta política de reestruturação

do banco através do fechamento de agências iniciou em 2017 com a redução do número de unidades fora do RS. A tática é diminuir postos de trabalho e enxugara máquina, adequando a empresa para agradar o mercado, preparando, assim, a privatização da instituição.

PEC 280

É bom lembrar que está em tramitação na Assembleia Legislativa (AL), desde setembro de 2019, a Proposta de Emenda Constitucional nº 280, a PEC 280/2019 que propõe retirar a obrigatoriedade do plebiscito para o processo de venda do Banrisul, Procergs e Corsan. A proposta deve entrar na pauta legislativa nas próximas semanas, pois o governador Eduardo Leite (PSDB) já pediu pressa aos seus aliados políticos na AL.

Calendário de luta unificado

Os bancários já definiram ações para os dias 10 de março, quando serão realizadas reuniões com os bancários em seus locais de trabalho, e para o dia 18 de março, dia em que estão sendo chamados atos em defesa dos bancos e demais empresas públicas.

O diretora do sindicato e funcionária do Banrisul, Vaine Andriguete, lembra que é fundamental a mobilização e a participação dos bancários nestas manifestações para mostrar a força dos trabalhadores. "Não dá para esperar inerte o desmonte das estruturas bancárias para fins de privatização. Precisamos mostrar para as direções dos bancos e para os governos federal e estadual que não aceitaremos que nos enfiem goela abaixo estas reestruturações", ressalta Vaine.

LUCRO DOS BANCOS

em R\$ milhões

banco	lucro em 2018	lucro em 2019	variação %
 Banco do Brasil	12.862	18.162	41,2%
 Bradesco	21.554	25.887	20,1%
 Caixa	10.355	21.057	103,4%
 Itaú Unibanco	25.733	28.363	10,2%
 Santander	12.398	14.550	17,4%
total	82.902	108.019	30,3%

dos a baterem metas abusivas e, em contrapartida, não são valorizados. Os banqueiros seguem fechando agências e extinguindo postos de trabalho".

"Mesmo com altos investimentos na informatização bancária, o que se vê nas agências são funcionários sobrecarregados, pois faltam trabalhadores para o atendimento ao público", destaca Nelso Bebbber.

De acordo com o sindicalista, este quadro - falta de funcionários e cobranças diárias pelo cumprimento de metas - gera muito estresse e angústia, levando ao adoecimento. "Em termos proporcionais, somos a categoria que mais adoecce por conta do trabalho", observa Bebbber.

Sindicato oferece curso presencial de CPA10 e CPA20

O Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região abre inscrições para interessados em participar dos cursos CPA10 e CPA20. As inscrições poderão ser feitas até o dia 13 de março na secretaria da entidade pelo e-mail bancax@bancax.org.br ou através do telefone 54 3223.2166.

As aulas serão realizadas em parceria com a Unisinos, com uma carga horária de 32 horas, divididas em quatro dias. Os encontros na sede social do Sindicato durante dois meses, em sábados alternados com 8 horas de duração.

O investimento máximo para os interessados será de R\$ 780,00, que poderão ser pagos em até cinco parcelas.

A realização do curso está condicionada participação de no mínimo 20 pessoas.

Programa dos Cursos

O Programa CPA 10 contempla 10 módulos com os seguintes conteú-

dos: Sistema financeiro nacional e participante do mercado; Compliance, ética, autor regulação e análise do perfil do investidor; Noções de economia e finanças; Conceitos de investimento; análise e risco; Instrumentos de renda física e renda variável; Fundos de investimentos; e Previdência complementar aberta.

O programa CPA 20 traz praticamente os mesmos temas, ou seja: Sistema financeiro nacional e participante do mercado; Compliance, ética, autor regulação e análise do perfil do investidor; Noções de economia e finanças; Instrumentos de renda física, renda variáveis e derivados; Fundos de investimentos; e Previdência complementar aberta; e Mensuração de risco e gestão de performances.

Sobre a Ministrante

As aulas serão ministradas por Emanuelle Nava Smaniotto, mestre em Economia pela Universidade



CPA 10 OU CPA 20

do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e atualmente cursa doutorado em Economia Aplicada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). (Possui MBA em Controladoria e Finanças pela

Unisinos), com extensão na Universidade de Sevilla e graduação em Administração pela Faculdade da Serra Gaúcha (FSG). Atualmente é professora auxiliar da Unisinos e já foi bancária.

Sindicato oferece cursos gratuitos na modalidade Ensino à Distância

O Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região está oferecendo a seus associados e dependentes, uma série de cursos na modalidade de Ensino à Distância, para a formação e capacitação em diversas áreas, todos com certificado.

A ação é resultado de uma parceria firmada entre a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e o Instituto Fenae de Responsabilidade Social.

As inscrições e as aulas são gratuitas. Cada associado pode participar de até dois cursos simultaneamente. Os interessados devem se dirigir diretamente ao sindicato, na Rua Borges de Medeiros, 676, Caxias do Sul, ou inscreverem-se através e-mail bancax@bancax.org.br, fornecendo o nome completo, CPF e e-mail e os cursos desejados.

A chave de acesso aos cursos será enviada pela Fenae para o e-mail cadastrado.

Cursos disponíveis

- Bancos Públicos no Brasil
- CA 600
- CEA
- CPA 10
- CPA 20
- FBB 200
- FBB150
- Matemática Financeira com o uso da HP12C na prática
- Investimento Inteligente
- MasterMind: "Desenvolvendo uma mente poderosa"
- Como falar bem em público
- Oratória
- Escrita Criativa
- Espanhol Básico
- Inglês Básico
- Introdução ao Mundo dos Vinhos
- Cerveja
- Cozinha Básica.
- Cozinha Criativa
- Sobremesas para Confeitaria Básica

Abertas as inscrições para Delegados Sindicais da Caixa, BB e Banrisul

Já estão abertas as inscrições para delegados sindicais no Banco do Brasil, Banrisul e Caixa. O mandato será de 1 ano.

Para participar, os interessados devem entregar o formulário (pode ser solicitado pelo e-mail bancax@bancax.org.br) preenchido, até o dia 17 de março, na sede do Sindicato, na Rua Borges de Medeiros, 676, Caxias do Sul. O documento também pode ser digitalizado e enviado para o e-mail fornecido acima.

As eleições ocorrem entre 24 e 27 de março, nas respectivas unidades ou agências. O Sindicato passará nas agências para colher os votos.

A posse será realizada no dia 1º de abril de 2021.

O que é o delegado sindical

Os delegados sindicais são agentes importantíssimos na luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e pela manutenção de direitos. Elas fazem a intermediação entre as relações no ambiente de trabalho e o cumprimento da legislação, sobretudo da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

Com o advento da reforma Trabalhista, que passou a valer em novembro de 2017, o papel do delegado sindical ficou ainda mais importante, uma vez que as convenções coletivas e os acordos coletivos específicos por bancos ganharam força de lei.

Baixe o app do sindicato e a carteirinha de sócio

O aplicativo permite o contato direto e rápido com o sindicato. Através dele você poderá solicitar informações, denúncias, preencher sua ficha de filiação, fazer consultas e buscar informações gerais sobre as sedes e campanhas salariais.

O app do sindicato e o da carteira de sócio estão disponíveis para download na sua play store ou app store e você não precisa pagar nada para tê-lo no seu celular. Busque por BANCAX e baixe no seu celular



Voz do Bancário

Publicação do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Caxias do Sul e Região - Filiado à Tetrafi-RS, Contraf, Cut, Dieese e Diap Fundado em 24 de outubro de 1935

Base Territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Picada Café, São Marcos e Veranópolis.

Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região;

Jornalista Responsável: Marlei Ferreira - Mtb 8542 //

Fotolitos e Impressão: Lorigraf // Tiragem desta edição: 2.000 exemplares

Borges de Medeiros, 676, Centro, Caxias do Sul - RS | Cep: 95020-310

Fone: (54) 3223.2166 | Wtsp (54) 99972 0922 |

E-mail bancax@bancax.org.br | www.bancax.org.br

Siga-nos do Facebook, Twitter e Instagram

Bancários pedem 5% de aumento real, manutenção de direitos e regulamentação do home office

Na Campanha Nacional dos Bancários 2020, a categoria reivindica a reposição da inflação (INPC), entre 1º de setembro de 2019 e 31 de agosto de 2020, mais aumento real de 5% (índice) para salários e demais verbas, como Vale alimentação e Vale Refeição, auxílio-creche/babá, entre outras.

Reivindicam também PLR de três salários mais parcela fixa de R\$ 10.742,91, corrigido pelo percentual que corresponde à reposição da inflação acumulada no período compreendido entre 01.09.2019 até 31.08.2020 mais aumento real de 5% (cinco por cento); a manutenção de todos os direitos previstos na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria; uma cláusula nova garantindo direitos no regime de home office; a possibilidade de sindicalização eletrônica; e a contribuição negocial no mesmo modelo de 2018. Sobre este último ponto, é importante ressaltar que, na consulta nacional, 96% concordaram que todos os bancários, sindicalizados e não sindicalizados, devem financiar a luta, uma vez que todos são beneficiados pelas conquistas da campanha.

A pauta da campanha foi construída coletivamente, por meio de consulta eletrônica à categoria em todo o país, onde foram apontadas as prioridades. Também foram realizados debates em encontros virtuais por bancos (conferências estaduais). A pauta foi aprovada na 22ª Conferência Nacional dos Bancários, ocorrida nos dias 17 e 18 de julho.

No início de agosto iniciaram-se os encontros dos representantes dos bancários (Comando Nacional dos Bancários) com a



NA LUTA COM VOCÊ

GARANTIR E PROTEGER

Fenaban. Na campanha nacional unificada não se reivindica apenas o reajuste salarial para toda a categoria, mas também a ampliação de direitos. E foi isso que possibilitou à categoria conquistar tantos direitos nas últimas décadas, como PLR (Participação nos Lucros e Resultados), vale-alimentação, auxílio-creche/babá, folga assiduidade, licença-maternidade de 180 dias, licença-paternidade de 20 dias, instrumento de combate ao assédio moral e muitos outros.

Além das reivindicações levadas à Fenaban (Federação Nacional dos Bancos), os bancários do BB, da Caixa e do Banrisul têm reivindicações específicas. Essas pautas específicas são negociadas pelos representantes dos trabalhadores

desses bancos diretamente com as respectivas diretorias das instituições financeiras. Assim, na Campanha Nacional Unificada, além das mesas de negociação com a Fenaban, que resultam na renovação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), também são realizadas mesas com as direções do BB e da Caixa, que resultam na renovação de seus respectivos Acordos Coletivos de Trabalho (ACT) aditivos à CCT.

Pandemia

Devido à pandemia de coronavírus, as mesas de negociação entre o Comando Nacional dos Bancários e a Fenaban estão sendo realizadas por videoconferência. E as assembleias de bancários, para analisar as propostas da

Fenaban, também serão realizadas de forma virtual, por meio de link previamente divulgado pelo Sindicato.

Os bancários foram uma das primeiras categorias a se mobilizar e conquistar avanços logo no início da pandemia. Assim, já em março, estabeleceram um canal permanente de negociação com o bancos para garantir medidas de proteção contra a Covid-19. Uma delas foi a conquista do home office para aproximadamente 250 mil trabalhadores bancários em todo o país, cerca de 55% da categoria, preferencialmente para os de grupos de risco ou coabitantes (que moram com pessoas do grupo de risco), protegendo assim a vida dos trabalhadores e de suas famílias.

28 de agosto é Dia do Bancário

**É dia de lembrar as nossas lutas
e as conquistas de nossos direitos**

Neste ano, o 28 de agosto é dia de resistência!

Bancos públicos e privados têm pautas específicas

Os sindicatos, federações e confederações de bancários começaram a se mobilizar tão logo começou a pandemia de Coronavírus no mundo. Desta maneira, a categoria conseguiu conquistar avanços na chegada da doença no Brasil.

Assim, já em março, estabeleceram um canal permanente de negociação com o bancos para garantir medidas de proteção contra a Covid-19. Além do home office, questões importantes como o banco de horas negativo e outras reivindicações passaram a ser pauta em reuniões permanentes entre os trabalhadores e os bancos.

A defesa dos bancos públicos também se mostrou mais urgente do que nunca. Esta pauta passou a ser comum para toda a categoria. A saúde também passou a ser um ponto central, assim como o teletrabalho. Outro ponto central desta campanha é a manutenção dos empregos. Além das questões coletivas, cada banco público e privado seguem suas mesas de negociação específicas.

Confira algumas das reivindicações.



Nesta campanha os e as banrisulenses defenderão a renovação integral da CCT e do ACT Banrisul e o índice de reajuste que for aprovado nacionalmente; a reafirmação da Minuta de Reivindicações; padronização nos protocolos e divulgação em todas as dependências do banco do Acordos e Compromissos Firmados com o Movimento Sindical; e a regulamentação do Teletrabalho.

Em uma das resoluções, os e as banrisulenses defendem a manutenção do Banrisul público, contra a PEC 280. Na outra, apresentam propostas de regulamentação das medidas para o período da pandemia de coronavírus, como testagem ampla dos(as) empregados(as), terceirizados(as) e estagiários(as); fechamento das agências nos casos de suspeita de Covid-19; revezamento padronizado, com equipes que não se cruzem; emissão de CAT para os/as que contraírem a doença; suspensão das metas e campanhas de venda durante a pandemia e acompanhamento psicológico (o sofrimento psíquico da categoria cresce a cada dia).

NA LUTA COM VOCÊ

GARANTIR E PROTEGER

CAIXA

A saúde tem sido um assunto prioritário para os empregados, principalmente neste cenário de pandemia. Cobranças de metas abusivas, assédio moral para a volta ao trabalho presencial, condições de trabalho em casa e os direitos também estão nos debates.

Além disso, os empregados da Caixa reivindicam mais contratações, anulação da MP 995/2020 e a manutenção e defesa da Caixa 100% pública.



Os empregados do Banco do Brasil querem a contratação de mais funcionários. Reivindicam, ainda, um sistema de cobrança de metas mais humano e racional a fim de diminuir o aumento dos casos de adoecimentos que acometem os funcionários da instituição financeira.

Também foi cobrado do banco a implantação de uma mesa específica de negociação específica para debater as condições de trabalho diante do cenário emergido da crise do coronavírus.



Os debates giraram em torno da garantia da mesa única de negociação, garantia do emprego, defesa da Convenção Coletiva de trabalho (CCT), defesa das empresas públicas, teletrabalho e Fora Bolsonaro.



Os principais eixos são emprego; saúde e condições trabalho; e remuneração.

Também ficou definido os pontos principais a serem debatidos pela COE: a valorização da vida e da saúde dos empregados durante a pandemia bem como a garantia de emprego e como será o retorno aos postos de trabalho pós pandemia. Continuarão os debates em relação ao novo formato dos agentes de negócios e spedem que todos os caixas tenham a mesma oportunidade de fazer a certificação CPA 10, sem nenhuma interferência. Renovação do acordo de PCR e bolsa de estudo por dois anos.



Funcionários do banco pedem a garantia de emprego através da aplicação da convenção 158 da OIT, que proíbe demissões imotivadas, bem como a manutenção dos postos de trabalho em caso de fusões e aquisições; contratação de mais funcionários, auxílio refeição ou alimentação aos afastados; estabilidade de 36 meses pré-aposentadoria, plano de saúde para todos, entre outros tópicos.

MP 995/2020 autoriza criação e venda de subsidiárias para facilitar privatização da Caixa

No dia 7 de agosto, uma sexta-feira, em uma edição extra do Diário Oficial da União, o presidente Bolsonaro viabilizou ainda mais o seu plano de vender os ativos da Caixa.

A Medida Provisória nº 995/2020, editada pelo Governo Federal, dispõe sobre medidas para reorganização societária e desinvestimentos da Caixa e de suas subsidiárias.

Assim, as subsidiárias do Banco Público poderão constituir outras subsidiárias. Junto a isso, elas poderão adquirir controle societário ou participação societária minoritária em sociedades empresariais privadas.

De acordo com o presidente da Federação Nacional das Associações de Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenac), Sérgio Takemoto, a aprovação dessa MP representa a privatização da Caixa. "O governo quer dar segurança aos investidores", afirma.

Para a representante dos empregados no Conselho de Administração da Caixa, Rita Serrano, essa medida vem para legalizar um processo que já vinha acontecendo com os ativos do Banco Público.

"Não há justificativa para você privatizar partes da empresa que não seja a de favorecer o mercado privado. Quem vai perder é a soberania do país e a população brasileira, que vai ficar sem um banco para fazer investimentos", diz Rita.

Caixa é fundamental para a retomada do crescimento

Pesquisas mostram que a população brasileira é contra a privatização da Caixa. Então, para vender o Banco Público, o Governo Federal vem fatiando os serviços e passando para a iniciativa privada tudo o que dá lucro.

"O governo está aproveitando esse momento de pandemia. Em vez de se preocupar em defender a vida das pessoas, ele está preocupado em vender patrimônio público", explica Takemoto. Rita acrescenta que a Caixa, como Banco Público, tem um papel fundamental no investimento do Brasil.

Congresso Nacional

Parte das emendas contrárias a proposição do Executivo é resultado da mobilização que as entidades representativas dos empregados da Caixa fizeram, no Congresso Nacional.

Em seus dois artigos, a MP autoriza as subsidiárias do banco público a incorporar ações de outras sociedades empresariais e a aquisição do controle societário ou participação minoritária em empresas privadas. O texto tem validade de 60 dias e pode ser prorrogada por mais 60. Por se tratar de MP, suas implicações já estão em vigor.

O foco do governo é a venda de subsidiárias como Caixa Seguridade, quarto maior grupo segurador do país, e Caixa Cartões. Mas, estão também na mira privatista do ministro Paulo Guedes e do presidente da Caixa, Pedro Guimarães, a abertura de capital das Loterias, Gestão de Ativos de Terceiros e o Banco Digital.

O que é a Ultratividade?

Muitos trabalhadores não sabem, mas uma palavrinha chata chamada ultratividade tem muito a ver com a vida deles. É ela que garante que a Participação nos Lucros e Resultados (PLR), vales alimentação e refeição, auxílio-creche, adicional por tempo de serviço e todos os direitos definidos na Convenção e/ou no Acordo Coletivo de Trabalho não sejam retirados dos trabalhadores quando estes instrumentos perdem a vigência. Direitos estes, aliás, conquistados ao longo de décadas de lutas da categoria.

“Como a reforma trabalhista feita pelo governo Temer acabou com a ultratividade e o governo Bolsonaro vetou o trecho da Lei, aprovada pelo Congresso Nacional, que garantia a ultratividade durante a pandemia de Covid-19, todos os direitos previstos nas CCTs e nos ACTs são suspensos”, explicou o advogado trabalhista Jefferson Martins de Oliveira, que presta assessoria jurídica para a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT).

O veto de Bolsonaro citado pelo advogado foi sobre o inciso IV do artigo 17 da Lei 14.020/2020, que dizia durante o estado de calamidade pública, “as cláusulas das convenções coletivas ou dos acordos coletivos de trabalho vencidos ou vincendos, salvo as que dispuserem sobre reajuste salarial e sua repercussão nas demais cláusulas de natureza econômica, permanecerão integrando os contratos individuais de trabalho, no limite temporal do estado de calamidade pública, e somente poderão ser modificadas ou suprimidas mediante negociação coletiva”.

Fim dos direitos

Um exemplo é a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) e os Acordos Coletivos de Trabalho (CCTs) dos bancários, que vencem no final do mês de agosto. Caso as negociações em andamento entre o Comando Nacional dos Bancários e a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) não sejam concluídas até o dia 31 de agosto, bancários e bancárias entram em setembro sem todos os direitos previstos na convenção e nos acordos coletivos da categoria. Os bancos poderão, por exemplo, deixar de pagar os vales alimentação e refeição e até a PLR.

“Muitos bancários não conseguem se ver sem os chamados ‘benefícios’, mas a maioria deles foi conquistada graças às negociações coletivas do movimento sindical. Se não houver acordo até o final deste mês e os bancos não garantirem a ultratividade, de um dia para o outro, a categoria pode perder direitos históricos, obtidos após décadas de negociações coletivas”, destacou a mestre em Desenvolvimento Econômico (IE-Unicamp), Bárbara Vallejos, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

“Desde o início da pandemia no país, pedimos para que os bancos garantissem a ultratividade da nossa CCT e acordos coletivos. Mas, eles estão com a faca e o queijo nas mãos após a eleição de um Congresso Nacional retrógrado, formado em sua maioria por representantes do empresariado, e de um governo que não tem qualquer compromisso com a manutenção dos direitos dos trabalhadores”, disse a presidenta da Contraf-CUT, Juvandia Moreira, que é uma das coordenadoras do Comando Nacional dos Bancários.

Fonte: Contraf-CUT

Teletrabalho não pode prejudicar a categoria

Crédito: Marcelo Camargo/Agência Brasil



A pandemia do novo Coronavírus trouxe uma nova realidade ao mundo dos trabalhadores: o teletrabalho. Por isso, este foi o primeiro ponto debatido com os bancos nesta Campanha Nacional. Por ser um assunto novo nas relações trabalhistas, o trabalho à distância não pode prejudicar a saúde e o bolso dos trabalhadores e nem significar a perda de direitos.

Definir as novas regras para este modelo de trabalho é urgente e necessário. Pesquisa feita pelo Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Socioeconômicas (Dieese) com mais de 11 mil bancários revelou que o teletrabalho adotado pelos bancos desde o início da pandemia provoca problemas de saúde, gastos adicionais para os trabalhadores que atuam em suas casas, além da falta de mobiliário, entre outras dificuldades.

Cerca de 70% dos entrevistados disseram que os bancos poderiam melhorar a situação da saúde dos que trabalham em casa fornecendo equipamentos adequados, com padrões ergonômicos, que protejam o usuários de danos e distúrbios físicos provocados pelo trabalho intenso. A reclamação tem base, já que 32,5% disseram que seus bancos não disponibilizaram qualquer equipamento necessário para o trabalho à distância.

Além disso, apenas 19% disseram que têm algum cômodo apropriado para o trabalho em suas casas, ou seja, trabalham ocupando a sala, a cozinha ou o quarto. Nesta negociação, a categoria bancária reivindica, além de os bancos arcarem com os custos de equipamentos e estruturas adequadas, que também seja pago um “auxílio home office” para quem trabalhar à distância.

Saúde ameaçada e jornada controlada

A pesquisa também mostrou que 72,6% dos entrevistados estão sempre preocupados com o trabalho. Fadiga constante e cansaço são sintomas de 60,6% dos consultados. Dores musculares afetam 63,4% e 54,3% têm medo de serem esquecidos pelas chefias, perderem oportunidades profes-

sionais ou perdem o emprego com o afastamento do local original de trabalho.

Na cláusula específica sobre teletrabalho se estabelece que “o empregador é responsável pelas condições de saúde e segurança no ambiente de trabalho, independentemente do local onde o serviço seja prestado”. A mesma cláusula também determina que o “ficará a cargo do banco o fornecimento de todo e qualquer equipamento ou material necessários para a realização do trabalho, bem como a manutenção, reposição e abastecimento”.

Desde que entraram em teletrabalho, 32,1% dos bancários entrevistados disseram que tiveram suas contas de internet mais caras. Também aumentaram os gastos com contas de luz, de acordo com 78,6%. A despesa com supermercado também saltou, de acordo com 72% dos entrevistados. “Os bancos economizam com o teletrabalho, os bancários não podem ter gastos com o teletrabalho, cabe aos bancos ressarcirem esses custos”, declarou Juvandia.

A cláusula do teletrabalho também estabelece que a jornada de trabalho deve ser controlada, “com mecanismos de hibernação de todos os sistemas utilizados para desempenho das funções dos teletrabalhadores, quando alcançado o limite da jornada”. O controle da jornada é importante porque a pesquisa do Dieese revela que para 36% dos entrevistados, a jornada de trabalho aumentou. O que não tem qualquer controle sobre o cumprimento da jornada são 32%. Os que estão em piores condições, 26% na pesquisa, são os que dizem que estão trabalhando mais do que antes sem receber hora extra ou acúmulo no banco de horas.

As mulheres são mais prejudicadas nos problemas provocados pelo teletrabalho. Enquanto a pesquisa mostra que 23,8% da categoria avalia que o trabalho doméstico ficou difícil ou muito difícil do que antes, o percentual sobe para 35,8% quando as entrevistadas são mulheres. Ter filhos em idade escolar em casa atrapalha a vida de 42,1% de quem está em teletrabalho.



@sindicatobancax



@sindibancax



(54) 999 72 0922



bancax@bancax.org.br

Fale

Siga

Conecte-se

Justiça do Trabalho condena Caixa por casos de assédio moral e sexual em Caxias do Sul



A Justiça do Trabalho condenou a Caixa Econômica Federal (CEF) a pagar uma indenização de dano moral coletivo no valor de R\$ 1,2 milhão por assédio moral e sexual a pelo menos três trabalhadoras de uma unidade sediada no município.

A condenação é resultado de uma ação civil pública ajuizada em 3 de maio do ano passado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) em Caxias do Sul contra uma unidade da instituição financeira que funcionava no município.

A denúncia original do caso foi feita ao MPT pelo Sindicato dos Bancários em 2 de maio de 2016, a partir de relatos de funcionárias que alegaram ter sofrido assédio moral e sexual por parte de um cargo de chefia. O coordenador da Secretaria de Formação do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região, Márcio Colombo (que é funcionário da Caixa), lembra que na época chegou a ser feita uma reunião com todos os/as assediados/as. Cerca de 16 pessoas tinham relatos de assédio cometidos pela chefia.

"Na época foi instaurado uma sindicância interna, inclusive com a vinda de pessoas de Brasília para averiguar a situação. No entanto, o processo não teve resultados. E como a Caixa não tomou providências, o Sindicato encaminhou o caso para o

Ministério Público do Trabalho", lembra o diretor.

A sentença foi proferida no dia 8 deste mês pela 2ª Vara do Trabalho em Caxias. Segundo a decisão, o valor será destinado a instituição ou entidade social indicada pelo MPT na fase de execução da sentença.

Penalidades

Seis unidades da Caixa também foram condenadas a cumprir 11 medidas relacionadas a orientações e práticas que previnam o assédio na empresa. A multa é de R\$ 100 mil por obrigação descumprida. Haverá acréscimo de R\$ 10 mil por trabalhador prejudicado, específica e individualmente considerado, quando envolver pessoas passíveis de identificação. Cabe recurso da decisão.

Segundo o procurador do Trabalho, Raphael Fabio Lins e Cavalcanti, que acompanha o caso atualmente, a instituição responde na esfera civil e o suposto autor pode responder na esfera criminal:

— A caixa responde pelos atos de seus empregados, por força do artigo 932, inciso III, do Código Civil. O assediador pode ser responsabilizado inclusive no âmbito penal, porque assédio sexual é também crime pelo artigo 216-A, do Código Penal.

O Processo

O processo corre em segredo de Justiça para preservar o nome das vítimas. Em um trecho da sentença, divulgado pelo MPT, juiz do Trabalho determina que "a Caixa deve abster-se de, por qualquer de seus representantes ou empregados que ocupem cargos ou funções de chefia, gerência e direção, utilizar de práticas vexatórias ou humilhantes contra trabalhadores. Também deve abster-se de submeter, de permitir ou de tolerar, por atos de superiores hierárquicos ou prepostos, qualquer tipo de comportamento no âmbito da empresa que, impingindo maus tratos ou tratamento desrespeitoso de conotação sexual a trabalhadores (homens e mulheres), independentemente do tipo de vínculo com a empresa, possa configurar assédio sexual."

O depoimento de uma das vítimas, conforme o MPT, relata além de assédio verbal, contato físico do chefe. Ela diz que ele "chegava por trás, de pé", enquanto ela estava sentada, colocava a mão nos ombros e no pescoço dela, massageando-a. O chefe também escrevia no grupo de comunicação virtual interno frases como: "tu tá uma loucura hoje"; "se você vier de saia todos os dias, eu não me aguento", entre outras. Em uma das conversas, o chefe "deu a entender" que poderia colocar a depoente em cargo muito superior ao dela.

Alguns relatos das vítimas

Uma funcionária relatou que o chefe "se encorajou a tomar liberdades com ela; apesar de ser casada, passou a ser cortejada; que ele percebeu como mexer psicologicamente com cada uma das colegas que ele assediava". Ele a chamava constantemente para conversas, as quais, começaram a ter o teor "tu precisa baixar a guarda" e "tu precisa te aproximar mais de mim". Ela foi percebendo que o seu superior estava com "segundas intenções", mas a depoente manteve distância. Também havia contato físico, pois ele "chegava por trás, de pé", enquanto ela estava sentada, colocava a mão nos ombros e no pescoço dela, massageando-a. O chefe costumava "arrumar" a roupa dela, colocando o sutiã para dentro da blusa. Os elogios também foram ficando cada vez mais invasivos.

O chefe começou a escrever no grupo de comunicação virtual interno, "como você está bonita hoje", "tu tá uma loucura hoje", avançando para "se você vier de saia todos os dias, eu não me aguento", "tem que vir de saia trabalhar", "esta tua calça deixa tua bunda linda", "essa camisa deixa aparecer o teu sutiã" e "tá de matar hoje". Ela começou a modificar seu modo de vestir, passando a usar cabelo preso e roupas escuras, bem como evitando saias e vestidos. Em uma das conversas, o chefe "deu a entender" que poderia colocar a depoente em cargo muito superior ao dela, como o de supervisora. Depois dessa denúncia e dos fatos relatados à psicóloga, o superior hierárquico passou a fazer piadas sobre chegar perto das mulheres no ambiente de trabalho.

Outra funcionária disse que durante um tempo, toda vez que ela chegava, sentia um olhar desrespeitoso, acompanhando sua passagem enquanto caminhava. Algumas vezes, um elogio vinha acompanhado desse olhar. Ela demonstrou incômodo e começou a não responder ao "bom dia" e a olhar para baixo. Ele se deu conta e ficou mais ofensivo e a fazer contato pelo mensageiro interno da Caixa. Fazia comentários do tipo "como esta meia calça cor vinho fica bem em ti" ou "o teu penteado de hoje está diferente do de ontem e eu gosto mais assim". Ela explicou que ele não usava expressões de baixo calão, o que tornava ainda mais constrangedora a situação, porque não permitia resposta. Ela passou a se arrumar cada vez menos, evitando ao máximo chamar atenção.

O chefe a convidou para "tomar um chopp". Ela afirmou expressamente que não tinha interesse em sair com ele. Ele respondeu algo do tipo "mas tu não tem interesse em crescer na empresa?". Depois da recusa o gestor passou a adotar outras medidas contra a depoente, sendo muito grosseiro. Em reuniões, quando ela dava uma sugestão, era ridicularizada por ele. Em uma ocasião, o chefe tinha determinado que a atividade fosse feita de uma forma que não seria mais produtiva e, então, ela sugeriu outra forma, que foi rechaçada de forma espalhafatosa, debochando da proposta.



Baixe o app do sindicato e a carteirinha de sócio

O aplicativo permite o contato direto e rápido com o sindicato. Através dele você poderá solicitar informações, denúncias, preencher sua ficha de filiação, fazer consultas e buscar informações gerais sobre as sedes e campanhas salariais.

O app do sindicato e o da carteira de sócio estão disponíveis para download na sua play store ou app store e você não precisa pagar nada para tê-lo no seu celular. Busque por BANCAX e baixe no seu celular



Voz do Bancário

Publicação do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Caxias do Sul e Região - Filial à Fetrati-RS, Contraf, Cut, Dieese e Diap. Fundado em 24 de outubro de 1935

Base Territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Ipê, Nova Pádua, Nova Petrópolis, Nova Roma do Sul, Picada Café, São Marcos e Veranópolis.

Conselho Editorial: Diretoria do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região;
Jornalista Responsável: Marlei Ferreira - Mtb 8542 //
Fotolitos e Impressão: Lorigraf // Tiragem desta edição: 2.000 exemplares

Borges de Medeiros, 676, Centro, Caxias do Sul - RS | Cep: 95020-310

Fone: (54) 3223.2166 | Wtsp (54) 99972 0922 |
E-mail: bancax@bancax.org.br | www.bancax.org.br
Siga-nos do Facebook, Twitter e Instagram